



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**PROCESSO Nº 19/3000-0002680-0**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020**  
**OBJETO:** Aquisição de Licenças de Software

**Trata-se de esclarecimento sobre Pregão Eletrônico nº 04/2020:**

“Prezados, bom dia!

Na realidade para cada tipo de licenciamento existe um determinado Part number, caso ofertemos um diferente do que vocês estão solicitando seremos desclassificados injustamente , como já ocorreu em outros certames.

Por isso a solicitação dessa identificação, para ofertarmos exatamente o tipo de licenciamento que atenda às necessidades do órgão em questão.

Pois caso o mesmo aceite licenças incompatíveis, tanto o órgão quanto nós licitante poderemos ser penalizados/multados junto a Microsoft.

At.te”

**Resposta da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul:**

“Prezado fornecedor,

Segue retorno de nossa área técnica:

Em relação ao questionamento, esclarecemos que a Microsoft dispõe de diversas modalidades contratos para licenciamento de software para órgãos governamentais, conforme pode ser observado no site do link abaixo:

[https://www.microsoft.com/pt-br/Licensing/licensing-programs/licensing-for-industries.aspx#tab\\_1](https://www.microsoft.com/pt-br/Licensing/licensing-programs/licensing-for-industries.aspx#tab_1)

Logo, para cada modalidade de contrato, existe um *part number* específico para as licenças. Além disso, a Microsoft limita os fornecedores que podem comercializar as licenças em determinadas modalidades de contrato.

Diante dessa situação, e visando ampliar a concorrência do certame, não foi estabelecido o *part number*, ficando a cargo do fornecedor defini-lo, observando que a licença ofertada esteja aderente ao Termo de Referência.

De qualquer forma, informamos, para fins de referência, que as licenças que atualmente a Defensoria Pública dispõe foram adquiridas através das seguintes modalidades de contratos:

- MPSA
- Select Plus para Governo
- Open License para Governo

Att, ”